

SUMÁRIO

EQUIPE REVISORA E ATUALIZADORA	7
NOTA DA EQUIPE REVISORA E ATUALIZADORA	9
1 – CONCEITO DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL E SUA RELAÇÃO COM OS DEMAIS RAMOS DO DIREITO	
1.1. Denominação e âmbito	33
1.2. Princípios informativos do processo civil – lógico, jurídico, político e econômico	36
1.3. As relações entre o Direito Processual Civil e os demais ramos do Direito	40
1.3.1. O processo civil e o Direito Constitucional.....	40
1.3.2. O processo civil e o Direito Penal.....	44
1.3.3. O processo civil e o Direito Processual Penal	45
1.3.4. O processo civil, o Direito Administrativo e o Direito Tributário.....	47
1.3.5. O processo civil e o Direito Civil	48
1.3.6. O processo civil e o Direito Comercial	48
1.3.7. O processo civil e o Direito Processual do Trabalho	50
1.3.8. O processo civil e os Direitos Humanos	50
2 – EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL	
2.1. Processo civil romano	52
2.1.1. Período das <i>legis actiones</i>	52
2.1.2. Período do processo formulário	52
2.1.3. Período da <i>extraordinaria cognitio</i>	53
2.2. Processo romano-barbárico	53
2.3. O processo comum na Itália	54
2.3.1. Período dos glosadores	55
2.3.2. Período dos pós-glosadores.....	55
2.3.3. Período da jurisprudência culta.....	56
2.4. O processo comum na Alemanha	56
2.5. O processo na Península Ibérica e suas implicações no Direito brasileiro	57
2.5.1. As Ordenações – Especialmente as Filipinas.....	57
2.6. O Brasil e sua legislação depois da Independência.....	58
2.6.1. O Regulamento 737	58
2.6.2. A República e o processo civil – Os Códigos de Processo Civil Estaduais.....	58
2.6.3. A reunificação do processo civil – os códigos de 1939 e 1973.....	59
2.7. A reelaboração dogmática do direito processual civil no século XX.....	60
2.7.1. Autonomia do direito da ação	61

2.7.2.	Moderna classificação das ações	62
2.7.3.	O processo concebido como contrato ou quase contrato	62
2.7.4.	O processo como instrumento predominantemente técnico	63
2.8.	A fase contemporânea do processo civil brasileiro	64
2.8.1.	Intersecção entre função cognitiva, executiva e cautelar	64
2.8.2.	Insuficiência do processo individual à luz do direito material e da ascensão das massas	67
2.8.3.	Alterações no sistema processual em correspondência à ascensão de novos direitos tuteláveis	72
2.9.	O Código de Processo Civil de 2015	75

3 – JURISDIÇÃO

3.1.	A Função Jurisdicional	91
3.1.1.	O Estado de Direito	91
3.1.2.	Natureza da função jurisdicional e suas características	95
3.1.3.	Os princípios fundamentais da jurisdição	96
3.1.4.	Jurisdição contenciosa e voluntária	99
3.1.5.	Função jurisdicional e métodos alternativos de solução de conflitos	101
3.1.6.	A reforma do Poder Judiciário	101
3.2.	Jurisdição e sua função de controle	105
3.2.1.	Inconstitucionalidade de lei declarada incidentalmente	105
3.2.2.	O controle concentrado da constitucionalidade	109
3.2.3.	O controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário	116
3.3.	Devido Processo Legal – Aspectos principais e paralelos	119
3.3.1.	A universalidade e a importância do devido processo legal – Inviabilidade de sua definição	119
3.3.2.	Âmbito e hipóteses estáveis abrangidas pelo devido processo legal	121
3.3.3.	Há uma dualidade de disciplinas, a do patamar constitucional, do devido processo legal, e as infraconstitucionais, em que se tipificam hipóteses onde ao lado da ilegalidade se configuram também lesões ao devido processo legal	123
3.3.4.	A hipótese acima encartar-se-ia no entendimento de que é direito da parte ter oportunidade plena e “justa” para sua audiência em juízo?	124
3.3.5.	Previsão constitucional do devido processo legal, cláusula geral e textos da legislação infraconstitucional, concretizando hipóteses abrangidas também pelo devido processo legal	126
3.3.6.	Considerações finais	129

4 – DIREITO DE AÇÃO

4.1.	A teoria da ação	131
4.1.1.	Os conflitos de interesse e as respectivas soluções	131
4.1.2.	Noção de direito objetivo e de direito subjetivo	132
4.1.3.	A ação e o direito subjetivo no prisma judicial	134
4.1.4.	Teoria civilista da ação	137
4.1.5.	A posição de Adolf Wach	138

4.1.6.	A posição de Chiovenda	139
4.1.7.	Crítica às concepções clássicas sobre a ação	140
4.2.	Conceito de ação e condições para o seu exercício.....	143
4.2.1.	Definição de ação.....	143
4.2.2.	As condições da ação em nosso Direito positivo.....	143
4.2.2.1.	O interesse processual	147
4.2.2.2.	A legitimidade para a causa.....	149
4.2.3.	O procedimento de verificação das condições da ação.....	150
4.2.4.	As condições da ação e o mérito.....	151
4.2.5.	A extinção por falta de condições da ação e a repositura da demanda.....	153
4.3.	A ação declaratória	154
4.3.1.	Particularidades da ação declaratória.....	154
4.3.2.	A ação declaratória incidental – sua função no CPC/1973 e o tratamento do tema no CPC/2015.....	157
4.4.	A ação e o objeto do processo	161
4.4.1.	O papel do “fato” na teoria da ação.....	161
4.4.2.	Conceito de mérito	163
4.4.3.	Elementos da ação	164
4.4.3.1.	As partes e sua identificação	164
4.4.3.2.	O objeto (o pedido).....	165
4.4.3.3.	Fundamento legal e causa de pedir.....	167
4.4.4.	Cumulação de pretensões (de pedidos)	168
4.4.5.	Concorrência de ações	171

5 – PROCESSO E OS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

5.1.	A formação da relação jurídica processual	175
5.2.	Pressupostos processuais da existência da relação jurídica processual	177
5.3.	Pressupostos processuais de validade da relação jurídica processual	181
5.4.	Pressupostos processuais negativos.....	186

6 – AS NORMAS PROCESSUAIS CIVIS

6.1.	Norma jurídica.....	187
6.2.	Norma cogente e norma dispositiva	191
6.3.	Normas processuais civis e normas substanciais.....	192
6.4.	Classificação das normas processuais civis.....	193
6.4.1.	Normas de processo e normas de procedimento	194
6.5.	As fontes da norma processual civil.....	200
6.5.1.	Os chamados precedentes no CPC	200
6.6.	Normas processuais na Constituição Federal.....	202

7 – AS NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL

7.1.	A função da Parte Geral e a estrutura dogmática do CPC/2015.....	207
7.2.	Leitura e interpretação do CPC à luz da Constituição (art. 1.º).....	210

7.2.1.	A remodelação do papel das Constituições e o papel da magistratura e dos parlamentos.....	210
7.2.2.	Modificação, no plano prático, do papel das Constituições.....	212
7.2.3.	Impactos do constitucionalismo sobre o conceito e os objetivos da jurisdição.....	214
7.2.4.	O impacto da constitucionalização do direito sobre a jurisprudência.....	215
7.2.5.	Interpretação conforme a Constituição.....	217
7.3.	A inércia e a inafastabilidade da jurisdição (arts. 2.º e 3.º).....	218
7.3.1.	Jurisdição e arbitragem.....	219
7.3.2.	A conciliação e a mediação.....	223
7.4.	A duração razoável do processo (art. 4.º).....	225
7.5.	A boa-fé processual (art. 5.º).....	225
7.6.	A cooperação processual (art. 6.º).....	230
7.7.	A isonomia e a paridade de tratamento (art. 7.º).....	232
7.8.	A hermenêutica e a aplicação das leis processuais (art. 8.º).....	235
7.8.1.	A interpretação das leis em geral.....	235
7.8.2.	Interpretação da lei processual civil.....	238
7.8.3.	A hermenêutica conforme o art. 8.º do CPC/2015.....	239
7.8.3.1.	Especificamente: a proporcionalidade e a aplicação do direito processual.....	242
7.8.4.	As fontes subsidiárias da norma processual civil.....	248
7.8.4.1.	Analogia.....	250
7.8.4.2.	Costume.....	250
7.8.4.3.	Os princípios gerais do Direito.....	251
7.8.4.4.	A jurisprudência e o processo civil.....	254
7.9.	O contraditório como influência e a necessidade de diálogo (arts. 9.º e 10).....	255
7.10.	Publicidade e motivação das decisões (art. 11).....	259
7.11.	Ordem cronológica de julgamento (art. 12).....	260

8 – ORGANIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO E SUAS FUNÇÕES

8.1.	Funções do Poder Judiciário e funções judiciárias.....	263
8.2.	Órgãos judiciários.....	264
8.2.1.	Conselho Nacional de Justiça.....	266
8.3.	Órgãos não judiciários com funções jurisdicionais.....	268
8.4.	Regimento dos tribunais.....	268
8.5.	Organização judiciária.....	269
8.6.	Normas disciplinadoras da organização judiciária.....	271
8.7.	Possibilidade de conflito entre as normas de organização judiciária e as leis de processo.....	272
8.8.	Auxiliares da Justiça.....	273
8.9.	A cooperação internacional e nacional.....	277

9 – COMPETÊNCIA

9.1.	Jurisdição e competência: alguns aspectos introdutórios.....	279
9.2.	Definição de competência.....	282

9.2.1.	Competência absoluta e competência relativa	283
9.2.2.	A competência como pressuposto processual	285
9.2.3.	Competência exterior e interior	288
9.3.	Crítérios para definição da competência	288
9.3.1.	A dita “competência internacional” e “interna”	288
9.3.2.	A divisão tripartida da competência (os critérios objetivo, territorial e funcional)	291
9.3.3.	O critério objetivo em razão da matéria ou do valor da causa (a competência objetiva)	292
9.3.4.	O critério territorial (a competência territorial)	293
9.3.5.	O critério funcional ou da função do órgão jurisdicional (a competência funcional)	294
9.3.6.	Prevenção	295
9.4.	A competência territorial e a definição do foro competente	297
9.4.1.	Foro e juízo	297
9.4.2.	Foro geral	298
9.4.3.	Foros especiais	300
9.4.4.	Foro para as ações fundadas em direito real sobre imóveis	301
9.4.5.	O foro para as ações pertinentes à sucessão	304
9.4.6.	O foro do ausente	306
9.4.7.	O foro do incapaz	306
9.4.8.	O foro da União, dos Estados e do Distrito Federal	307
9.4.9.	O foro para as ações de divórcio, separação, anulação de casamento e reconhecimento ou dissolução de união estável	307
9.4.10.	O foro para as ações em que se pedem alimentos	308
9.4.11.	Demais foros especiais	308
9.5.	A competência da Justiça Federal	309
9.5.1.	As hipóteses de competência	311
9.5.2.	Casuística	316
9.5.3.	A competência da Justiça Federal é absoluta	318
9.5.4.	Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal	319
9.6.	A competência jurisdicional em se tratando de mandado de segurança	320
9.7.	A competência em leis extravagantes	321
9.8.	Incompetência	323
9.8.1.	Incompetência relativa	323
9.8.2.	Incompetência absoluta	325
9.8.3.	<i>Perpetuatio iurisdictionis</i>	327
9.9.	Modificação da competência (conexão e continência de causas)	329
9.9.1.	Conexão de causas	329
9.9.2.	Continência de causas	331
9.10.	Conflito de competência	332
9.10.1.	Aspectos introdutórios	332
9.10.2.	O tratamento dado à matéria pelo nosso Código e entre tribunais estaduais	333
9.10.3.	O procedimento do conflito de competência	333

10 – OS SUJEITOS DO PROCESSO

10.1.	Introdução	335
10.2.	O juiz	335
10.2.1.	Independência funcional e garantias do juiz	335
10.2.2.	A atuação do juiz na relação processual	339
10.3.	Parte, capacidade e legitimação processual	340
10.4.	As regras do Direito Civil no tema da capacidade e o Direito Processual Civil	345
10.5.	A capacidade de ser parte, a capacidade para estar em juízo, a legitimação processual e a legitimidade <i>ad causam</i>	346
10.5.1.	Os incapazes e sua representação em juízo	347
10.5.2.	O regime jurídico dos incapazes no Direito Processual Civil	349
10.5.3.	A colisão de interesses do incapaz e do representante	350
10.5.4.	O curador especial	351
10.5.5.	Forma de ser sanada a incapacidade.....	356
10.5.6.	A capacidade processual do casal.....	357
10.6.	Advogado	359
10.6.1.	Capacidade postulatória	359
10.6.2.	A função do advogado.....	364
10.6.3.	A procuração e os poderes conferidos.....	366
10.6.4.	Deveres do advogado previstos no Código de Processo Civil.....	371
10.6.5.	Direitos do advogado previstos pelo Código de Processo Civil.....	373
10.6.6.	Honorários advocatícios sucumbenciais	375
10.6.7.	Honorários advocatícios contra a Fazenda Pública	385
10.7.	A Defensoria Pública e sua função institucional	387
10.7.1.	Atuação da Defensoria Pública em juízo.....	391
10.7.2.	Atuação da Defensoria Pública como parte	391
10.7.3.	A representação processual dos necessitados	393
10.7.4.	Atuação da Defensoria Pública na curadoria especial.....	396
10.7.5.	O defensor público e sua capacidade postulatória	398
10.7.6.	Prerrogativas da Defensoria Pública previstas pelo Código de Processo Civil.....	400
10.8.	Ministério Público	401
10.8.1.	A atual função do Ministério Público.....	401
10.8.2.	Os princípios estruturais e os da atuação do Ministério Público.....	402
10.8.3.	O Ministério Público e sua posição político-jurídica	408
10.8.4.	A atuação do Ministério Público.....	409
10.8.5.	Hipóteses de intervenção do Ministério Público no Código de Processo Civil.....	412
10.8.6.	A atuação do Ministério Público no processo	417
10.9.	Representação em Juízo das pessoas jurídicas.....	418
10.9.1.	Noções gerais.....	418
10.9.2.	A representação da União	419
10.9.3.	A representação dos Estados federados e do Distrito Federal	421
10.9.4.	A representação dos Municípios.....	423

10.9.5.	A representação das autarquias e demais entidades de caráter público criadas por lei	424
10.9.6.	A representação das pessoas jurídicas de Direito Privado	425
10.9.7.	A representação das paróquias da Igreja Católica	428
10.10.	Representação dos entes despersonalizados	429
10.10.1.	Introdução	429
10.10.2.	A representação da massa falida	429
10.10.3.	A representação das heranças jacente e vacante	430
10.10.4.	A representação do espólio	431
10.10.5.	A representação dos condomínios edilícios	433

11 – LITISCONSÓRCIO – TEMAS CORRELATOS

11.1.	Conceito de litisconsórcio	437
11.2.	Classificação do litisconsórcio quanto ao momento de sua formação	438
11.3.	Classificação do litisconsórcio quanto à obrigatoriedade ou não de sua formação (arts. 113 e 114) e o chamado litisconsórcio multitudinário (art. 113, § 1.º)	438
11.4.	Classificação do litisconsórcio quanto à sorte no plano do Direito Material	441
11.5.	Classificação do litisconsórcio quanto à posição, subjetiva ativa ou passiva, dos litisconsortes no processo	444
11.6.	Litisconsórcio facultativo (art. 113)	444
11.6.1.	Litisconsórcio facultativo baseado na comunhão de direitos ou de obrigações, tendo em vista a lide (art. 113, I)	445
11.6.2.	Litisconsórcio facultativo baseado na conexão de causas (arts. 55 e 113, II)	446
11.6.3.	Litisconsórcio facultativo baseado na afinidade de questões (art. 113, III)	447
11.7.	Litisconsórcio necessário (arts. 114 e 115)	449
11.8.	Litisconsórcio unitário (art. 116)	455
11.9.	Regime jurídico fundamental e especial do litisconsórcio	457
11.10.	A posição do sócio em demanda contra a sociedade e a figura do litisconsórcio	462
11.11.	A figura do litisconsórcio no sistema dos Juizados Especiais e no Código de Defesa do Consumidor	471

12 – INTERVENÇÃO DE TERCEIROS

12.1.	Introdução e razões de ser da intervenção de terceiros no processo	473
12.2.	Assistência	474
12.2.1.	Noções gerais sobre o instituto da assistência simples	474
12.2.2.	A assistência simples e a assistência litisconsorcial: aspectos em comum	476
12.2.3.	A assistência simples e a assistência litisconsorcial: distinção	477
12.2.4.	A atuação do assistente simples	479
12.2.5.	A atuação do assistente litisconsorcial	481
12.2.6.	Efeitos da sentença sobre o assistente simples e o assistente litisconsorcial	482
12.2.7.	O incidente de admissibilidade do assistente	483
12.3.	Denúnciação da Lide	484
12.3.1.	Noções gerais sobre o instituto e requisitos para sua admissão	484
12.3.2.	A hipótese do art. 125, I	488

12.3.3.	A hipótese do art. 125, II	489
12.3.4.	O ingresso do denunciado	496
12.3.5.	A posição do litisdenunciado	497
12.3.6.	O comparecimento ou não do denunciado pelo autor	499
12.3.7.	O comparecimento ou não do denunciado pelo réu	500
12.3.8.	As consequências da denunciação	502
12.3.9.	A denunciação da lide na execução	503
12.4.	Chamamento ao processo	503
12.4.1.	Finalidades e noções gerais do instituto	503
12.4.2.	As hipóteses de chamamento ao processo (art. 130 do CPC/2015)	505
12.4.3.	Procedimento do chamamento e seus efeitos	507
12.4.4.	Hipóteses de não admissibilidade do chamamento	508
12.4.5.	Chamamento ao processo e a ação declaratória	509
12.5.	Desconsideração da personalidade jurídica	510
12.5.1.	Noções gerais sobre a teoria da desconsideração da personalidade jurídica	510
12.5.2.	A desconsideração da personalidade jurídica requerida de forma incidental	519
12.5.3.	A desconsideração da personalidade jurídica requerida na petição inicial	522
12.5.4.	Procedimento para desconsideração da personalidade jurídica inversa	522
12.5.5.	Efeitos da decisão que desconsidera a personalidade jurídica	523
12.6.	<i>Amicus Curiae</i>	524
12.6.1.	Noções gerais sobre o <i>amicus curiae</i>	524
12.6.2.	Quem pode ser <i>amicus curiae</i>	527
12.6.3.	Natureza jurídica do <i>amicus curiae</i>	529
12.6.4.	Requisitos para a admissão do <i>amicus curiae</i>	529
12.6.5.	A (ir)recorribilidade da decisão que admite ou inadmite o ingresso do <i>amicus curiae</i>	530
12.6.6.	Poderes do <i>amicus curiae</i>	532
12.6.7.	O <i>amicus curiae</i> e os julgamentos de casos repetitivos	533
12.6.8.	<i>Amicus curiae</i> e a coisa julgada	535

13 – ATOS PROCESSUAIS

13.1.	Atos jurídicos e atos processuais	537
13.2.	Classificação dos atos processuais	539
13.3.	Forma dos atos processuais	549
13.4.	As nulidades dos atos processuais	550

14 – NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS

14.1.	Conceito	557
14.2.	A busca da superação do embate entre o publicismo e privatismo: influência sobre a disciplina dos negócios processuais no CPC/2015	558
14.3.	A cláusula geral sobre negócios processuais	562
14.4.	Requisitos dos negócios jurídicos processuais	565
14.5.	O controle judicial dos negócios jurídicos processuais	567

14.6.	Os limites dos negócios processuais	568
14.7.	O calendário processual.....	574

15 – COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS

15.1.	Considerações introdutórias	577
15.2.	A citação	579
15.2.1.	Citação por correio	583
15.2.2.	Citação por oficial de justiça.....	589
15.2.3.	Citação com hora certa	590
15.2.4.	Citação por Edital	592
15.2.5.	Citação pelo escrivão ou chefe de secretaria	594
15.2.6.	Citação nas ações de família	594
15.2.7.	Local da citação	595
15.2.8.	Impedimentos legais para a efetivação da citação	596
15.2.9.	Conceito de citação e suas consequências.....	598
15.2.10.	Efeitos da citação.....	600
15.2.11.	A falta de citação	601
15.2.12.	Nulidade da citação	602
15.3.	As intimações.....	603
15.3.1.	Peculiaridades formais da intimação.....	605
15.3.2.	A comunicação por fac-símile e similares (Lei n.º 9.800/1999).....	608
15.3.3.	O processo eletrônico – da Lei n.º 9.800/1999 ao CPC/2015	610

16 – O TEMPO E OS PRAZOS NO PROCESSO

16.1.	Prazos e preclusão.....	621
16.2.	Os princípios informativos do processo e os prazos	621
16.3.	Os princípios da utilidade e preclusão.....	623
16.4.	Prazos e sua classificação	632
16.5.	Contagem dos prazos	635
16.6.	Os prazos mais importantes	638
16.7.	Preclusão.....	639
16.8.	A interrupção da prescrição, a obstaculização da decadência e a prescrição intercorrente	643
16.9.	Suspensão da execução e a prescrição intercorrente.....	651

17 – AS TUTELAS PROVISÓRIAS

17.1.	Notas evolutivas: o surgimento da tutela antecipatória no CPC/1973 e a sua importância para a evolução das tutelas provisórias de urgência.....	657
17.1.1.	O surgimento da tutela antecipatória no CPC/1973	658
17.1.2.	A distinção entre tutela cautelar e tutela antecipatória	663
17.1.3.	A inserção da fungibilidade entre as tutelas de urgência no CPC/1973.....	668
17.1.4.	A sistematização das tutelas provisórias no CPC/2015	670
17.2.	Principais características das tutelas provisórias.....	672
17.3.	Disciplina geral das tutelas provisórias	674

17.3.1.	Competência para conhecimento das tutelas provisórias	674
17.3.2.	Impossibilidade de concessão <i>ex officio</i> das tutelas provisórias.....	675
17.3.3.	Possibilidade de revogação ou alteração das tutelas provisórias	675
17.3.4.	Fungibilidade entre as tutelas provisórias	676
17.3.5.	Efetivação das tutelas provisórias.....	677
17.3.6.	Ausência de discricionariedade na verificação dos pressupostos às tutelas provisórias.....	681
17.4.	Tutelas de urgência	683
17.4.1.	Sistematização das tutelas de urgência	683
17.4.2.	Pressupostos à concessão das tutelas de urgência	683
17.4.3.	Tutela de urgência e reversibilidade da medida.....	687
17.4.4.	Responsabilidade pelos danos causados com a efetivação da tutela de urgência.....	690
17.5.	Tutela de urgência antecipada requerida em caráter antecedente	691
17.6.	A estabilização da tutela de urgência antecipada antecedente	696
17.6.1.	Síntese evolutiva do instituto e principais questões no direito pátrio	696
17.6.2.	Pressupostos para a estabilização da tutela antecipada de urgência antecedente	700
17.6.3.	Estabilização e coisa julgada	706
17.6.4.	Outras questões polêmicas sobre a estabilização da tutela.....	710
17.7.	Tutela de urgência cautelar requerida em caráter antecedente	712
17.8.	A tutela antecipada de evidência	717
17.8.1.	Fundamentos da tutela de evidência e diferença entre tutela antecipada de urgência e tutela antecipada de evidência	717
17.8.2.	Diferença entre tutela antecipada da evidência e julgamento antecipado de mérito	718
17.8.3.	Hipóteses de concessão e pressupostos da tutela antecipada da evidência.....	719

18 – PETIÇÃO INICIAL

18.1.	Conceito, finalidade e importância da petição inicial	723
18.2.	Funções preparatórias e definitivas da petição inicial	723
18.3.	Conteúdo lógico-jurídico da petição inicial	724
18.4.	O conteúdo da petição inicial. Declaração de vontade e declaração de ciência nela contidas...	724
18.5.	Forma da petição inicial.....	724
18.6.	Requisitos da petição inicial	726
18.7.	Pedido	732
18.7.1.	Alteração ou aditamento do pedido e da causa de pedir	736
18.8.	Momento do ajuizamento da ação, distribuição e registro da petição inicial.....	737
18.9.	Deferimento, emenda e indeferimento da petição inicial	740
18.10.	Improcedência liminar do pedido	744

19 – AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU MEDIAÇÃO

19.1.	Mecanismos de autocomposição e Poder Judiciário	749
19.2.	Audiência de conciliação ou mediação	750
19.3.	Procedimento.....	755
19.4.	A audiência de conciliação ou mediação nas ações de família.....	756

20 – RESPOSTA DO RÉU

20.1.	Resposta e outras possíveis reações do réu.....	759
20.2.	Forma e início da contagem do prazo para contestação.....	760
20.3.	Analogia existente entre o direito de ação e o direito de defesa.....	761
20.4.	Contestação.....	761
20.4.1.	Função processual da contestação e ônus da impugnação especificada dos fatos.....	761
20.4.2.	Contestação e seu conteúdo processual.....	763
20.4.3.	Ainda sobre o conteúdo processual da contestação: especificamente a alegação de incompetência.....	766
20.4.4.	A contestação e seu conteúdo material: classificação da defesa de mérito em direta e indireta.....	767
20.4.5.	Contestação, concentração da defesa e preclusão.....	768
20.5.	O impedimento e a suspeição do julgador.....	769
20.6.	Reconvenção.....	771
20.6.1.	Possibilidade de ampliação subjetiva do processo na reconvenção.....	772
20.6.2.	Procedimento da reconvenção.....	773
20.6.3.	Autonomia da reconvenção.....	777
20.7.	As questões prejudiciais suscitadas como espécie de resposta do réu e a subsistência da ação declaratória incidental para as ações ajuizadas sob a vigência do CPC/1973.....	778

21 – REVELIA

21.1.	Introdução.....	781
21.2.	A revelia no sistema do Código de Processo Civil e seus aspectos capitais.....	782
21.3.	Revelia e litisconsórcio.....	788
21.4.	Revelia e assistência.....	790
21.5.	Revelia e reconvenção.....	790
21.6.	Revelia e julgamento antecipado do mérito.....	792
21.7.	Revelia e procedimentos especiais.....	792
21.8.	Revelia e citação ficta.....	794

22 – SUSPENSÃO DO PROCESSO

22.1.	Ideias gerais.....	797
22.2.	A suspensão necessária do processo.....	798
22.3.	A suspensão facultativa do processo.....	805

23 – PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES,
JULGAMENTO CONFORME O ESTADO
DO PROCESSO, SANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO

23.1.	A fase de saneamento e organização do processo.....	807
23.2.	As providências preliminares.....	807
23.3.	O julgamento conforme o estado do processo.....	809
23.3.1.	A extinção do processo sem resolução de mérito – sentenças terminativas.....	809
23.3.1.1.	O inciso I do art. 485.....	810
23.3.1.2.	O inciso II do art. 485.....	810

23.3.1.3.	O inciso III do art. 485.....	811
23.3.1.4.	O inciso IV do art. 485.....	812
23.3.1.5.	O inciso V do art. 485.....	813
23.3.1.6.	O inciso VI do art. 485.....	814
23.3.1.7.	O inciso VII do art. 485.....	815
23.3.1.8.	O inciso VIII do art. 485.....	816
23.3.1.9.	O inciso IX do art. 485.....	817
23.3.1.10.	O inciso X do art. 485.....	819
23.3.1.11.	As consequências comuns aos diversos casos de encerramento do processo sem resolução de mérito.....	819
23.3.2.	As decisões interlocutórias que extinguem parte do processo	820
23.3.3.	As sentenças resolutivas de mérito (definitivas) decorrentes de composição das partes.....	820
23.3.4.	As decisões interlocutórias que homologam composição das partes relativamente a parcela do mérito	820
23.3.5.	As decisões definitivas que reconhecem a prescrição ou a decadência.....	821
23.3.6.	As decisões interlocutórias que reconhecem a prescrição ou a decadência quanto à parcela do pedido.....	821
23.3.7.	As sentenças definitivas decorrentes do julgamento antecipado do mérito.....	821
23.3.8.	As decisões interlocutórias decorrentes do julgamento antecipado parcial de mérito.....	824
23.4.	A decisão de saneamento e organização do processo	825

24 – TEORIA GERAL DA PROVA

24.1.	Conceito jurídico da prova, momentos da prova e procedimento probatório.....	829
24.1.1.	A natureza das normas sobre provas	829
24.1.2.	Conceito de prova.....	831
24.1.3.	A prova, a persuasão racional e o problema da verdade	831
24.1.4.	Objeto de prova.....	833
24.1.5.	Momentos da prova e procedimento probatório	835
24.1.6.	Postulação das provas.....	835
24.1.7.	Admissão das provas	837
24.1.8.	Produção das provas.....	838
24.1.9.	Valoração das provas	839
24.2.	As provas e os princípios regentes do direito processual civil.....	840
24.2.1.	A prova e o princípio da liberdade, atipicidade ou não-taxatividade dos meios de prova.....	840
24.2.2.	A vedação das provas ilícitas como exceção ao princípio da liberdade dos meios de prova.....	841
24.2.3.	A prova e o princípio da persuasão racional	843
24.2.3.1.	<i>Standards</i> probatórios ou modelos de constatação	844
24.2.4.	A prova e o princípio dispositivo	847
24.2.5.	A prova e o princípio da aquisição processual	849
24.3.	Indícios e presunções	850

24.3.1.	Diferença entre prova direta e indireta	850
24.3.2.	Distinção entre presunção <i>hominis</i> e presunção legal	852
24.3.3.	Presunção	852
24.3.4.	Espécies de presunção	852
24.3.5.	As presunções legais	854
24.3.6.	As presunções do homem	855
24.3.7.	Valoração das presunções <i>hominis</i>	856
24.3.8.	A presunção <i>hominis</i> e a prova contrária.....	857
24.3.9.	A prova <i>prima facie</i>	857
24.3.10.	A prova <i>prima facie</i> e o problema do ônus da prova.....	858
24.4.	Ônus da prova	858
24.4.1.	Introdução	858
24.4.2.	Distinção entre ônus, obrigação e dever.....	859
24.4.3.	O ônus perfeito e o ônus imperfeito.....	859
24.4.4.	Correlação do ônus da prova com os princípios dispositivo e inquisitório.....	860
24.4.5.	Fundamentos da repartição do ônus da prova.....	861
24.4.6.	A sentença, o raciocínio do juiz e a função do ônus da prova	862
24.4.7.	A convenção das partes na distribuição do ônus da prova	863
24.4.8.	A alegação de fato modificativo, impeditivo ou extintivo e o ônus da prova de acordo com a regra geral (estática) do art. 373, <i>caput</i> , do CPC/2015.....	863
24.4.9.	A flexibilização do ônus da prova e a teoria das cargas dinâmicas probatórias.....	864
24.5.	Produção antecipada de provas	867
24.5.1.	Aspectos conceituais	867
24.5.2.	Hipóteses e características procedimentais	869
24.6.	Prova emprestada	872
24.6.1.	Conceito e fundamentos da prova emprestada	872
24.6.2.	Natureza e eficácia da prova emprestada	874
24.6.3.	Pressupostos à prova emprestada.....	875
24.6.4.	Questões problemáticas: a diversidade de juiz natural nos processos originário e destinatário e suas implicações	878

25 – PROVAS EM ESPÉCIE

25.1.	Ata notarial.....	883
25.2.	Depoimento pessoal.....	886
25.2.1.	Noções gerais.....	886
25.2.2.	Interrogatório livre e depoimento pessoal (propriamente dito). Diversidade de regimes jurídicos.....	889
25.2.3.	Definição	891
25.2.4.	Recusa em depor e aplicação da pena de confesso	893
25.2.5.	Procedimento do depoimento pessoal.....	895
25.2.6.	Restrições a certos fatos (art. 388 do CPC/2015).....	896
25.2.7.	Depoimento pessoal e confissão	896
25.3.	Confissão	897

25.3.1.	Noções gerais.....	897
25.3.2.	Conceito de confissão.....	897
25.3.3.	Elementos da confissão.....	899
25.3.4.	Espécies de confissão.....	900
25.3.5.	Divisibilidade e indivisibilidade da confissão.....	901
25.3.6.	Efeitos da confissão.....	901
25.3.7.	Aspectos principais da confissão em nosso direito positivo.....	901
25.3.8.	Revogação ou anulação da confissão.....	901
25.4.	Prova documental.....	902
25.4.1.	Noções gerais.....	902
25.4.2.	Definição de documento.....	903
25.4.3.	Os autores intelectual e material do documento.....	904
25.4.4.	O conteúdo e a eficácia do documento.....	904
25.4.5.	A forma como sendo da substância do documento.....	906
25.4.6.	O documento, em regra, é prova pré-constituída.....	908
25.4.7.	Classificação dos documentos. Aspectos gerais.....	909
25.4.8.	Os documentos e a autenticidade.....	910
25.4.9.	O documento e a extensão subjetiva de sua validade.....	911
25.4.10.	As autoridades que são autoras materiais dos documentos.....	911
25.4.11.	Instrumentos e documentos particulares. Distinção específica.....	912
25.4.12.	O documento e sua data.....	912
25.4.13.	Validade e autenticidade. Distinção.....	912
25.4.14.	O valor probante dos documentos e arguição de falsidade.....	913
25.4.15.	Exibição de documento ou coisa. Generalidades.....	915
25.4.16.	Fundamento jurídico ao direito à exibição de documento ou coisa.....	918
25.4.17.	As partes e sua legitimidade.....	919
25.4.18.	Os limites do pedido de exibição de documento ou coisa.....	919
25.4.19.	A recusa fundada de exibição.....	919
25.4.20.	Efeitos sobre a parte, tendo em vista a não exibição.....	920
25.4.21.	Efeitos sobre terceiros, tendo em vista a não exibição.....	920
25.4.22.	Os recursos.....	921
25.4.23.	A produção da prova documental e o procedimento.....	921
25.5.	Prova testemunhal.....	923
25.5.1.	Noções gerais.....	923
25.5.2.	Testemunha e parte. Distinção.....	923
25.5.3.	Testemunha e perito. Distinção.....	924
25.5.4.	O valor da prova testemunhal.....	924
25.5.5.	A técnica de inquirição.....	925
25.5.6.	O sujeito da prova testemunhal.....	928
25.5.7.	Conceito de testemunha.....	929
25.5.8.	A obrigação de testemunhar.....	930
25.5.9.	Quem pode ser testemunha.....	935

25.5.10.	Deveres e direitos da testemunha.....	942
25.5.11.	O pedido e a admissibilidade da prova testemunhal.....	942
25.5.12.	Procedimento da prova testemunhal.....	944
25.5.13.	Local em que devem ser ouvidas as testemunhas.....	947
25.5.14.	A substituição de testemunhas.....	947
25.6.	Prova pericial.....	947
25.6.1.	Conceito de perícia.....	947
25.6.2.	Cabimento da prova pericial.....	948
25.6.3.	Momento do pedido da prova pericial.....	951
25.6.4.	O juiz e o resultado da perícia.....	952
25.6.5.	Perícia. Requisitos e realização.....	954
25.6.6.	A perícia e o perito.....	959
25.6.7.	O perito e a sua responsabilidade.....	960
25.7.	Inspeção judicial.....	961
25.7.1.	Noções gerais.....	961
25.7.2.	A participação de peritos na inspeção.....	963
25.7.3.	A presença das partes na inspeção.....	963
25.7.4.	A documentação da inspeção.....	964

26 – AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

26.1.	Introdução.....	965
26.2.	Atos que antecedem a audiência.....	966
26.3.	A audiência de instrução e julgamento.....	967
26.4.	Decisões proferidas na audiência de instrução e julgamento e os recursos cabíveis.....	970
26.5.	O adiamento da audiência.....	971
26.6.	Audiência e o problema do cerceamento de defesa.....	972
26.7.	Audiência e o comparecimento do Ministério Público.....	973

27 – SENTENÇA

27.1.	Generalidades sobre sentença.....	975
27.2.	Conceito de sentença.....	976
27.3.	Natureza jurídica e efeitos da sentença.....	979
27.4.	As oportunidades em que pode ser proferida a sentença.....	981
27.5.	Sentenças processuais (terminativas) e de mérito (definitivas).....	982
27.5.1.	Sentenças terminativas.....	983
27.5.2.	Sentenças definitivas.....	985
27.6.	Sentenças classificadas por sua eficácia.....	986
27.6.1.	Sentença declaratória.....	987
27.6.2.	Sentença constitutiva.....	989
27.6.3.	Sentença condenatória.....	990
27.6.4.	Sentenças mandamentais e executivas <i>lato sensu</i>	991
27.6.5.	Sentenças dispositivas.....	997
27.6.6.	Sentenças complexas.....	998

27.7.	Intelecção da sentença e seus elementos.....	998
27.7.1.	Relatório	1000
27.7.2.	Fundamentação	1001
27.7.3.	Estrutura e conteúdo básico da fundamentação	1003
27.7.3.1.	A limitação à reprodução de ato normativo	1004
27.7.3.2.	O emprego imotivado de conceitos jurídicos indeterminados	1005
27.7.3.3.	A fundamentação genérica	1006
27.7.3.4.	A falta de fundamentação-resposta	1007
27.7.3.5.	A menção descontextualizada de precedente judicial.....	1008
27.7.3.6.	A não observância injustificada do precedente judicial.....	1009
27.7.3.7.	A analogia não fundamentada e a decisão diante de lacunas da lei	1010
27.7.4.	O dispositivo e a essencialidade do conteúdo decisório da sentença	1011
27.8.	A correlação entre pedidos, causas de pedir e sentença.....	1012
27.8.1.	A sentença <i>infra</i> ou <i>citra petita</i>	1013
27.8.2.	A sentença <i>extra petita</i>	1014
27.8.3.	A sentença <i>ultra petita</i>	1016
27.8.4.	A sentença e o julgamento em face de pedido genérico.....	1016
27.9.	A sentença e os fatos supervenientes à demanda.....	1017
27.10.	Correção de inexatidões e erros materiais	1021
27.11.	A sentença coletiva	1024

28 – A COISA JULGADA

28.1.	Noção de coisa julgada e seu valor no ordenamento jurídico	1027
28.1.1.	Coisa julgada formal e coisa julgada material.....	1032
28.2.	Limites da coisa julgada	1033
28.2.1.	Limites objetivos da coisa julgada (material).....	1033
28.2.2.	Limites subjetivos da coisa julgada	1041
28.2.3.	Limites temporais da coisa julgada	1042
28.3.	Efeitos da coisa julgada.....	1043
28.3.1.	Efeitos negativos da coisa julgada	1043
28.3.2.	Efeitos reflexos da coisa julgada	1044
28.3.3.	Efeito preclusivo da coisa julgada material	1044
28.4.	Coisa julgada e relações jurídicas continuativas.....	1048
28.5.	A chamada “relativização da coisa julgada” e a previsão dos §§ 12 a 15 do art. 525 e dos §§ 5.º a 8.º do art. 535 do CPC/2015.....	1049
28.6.	O momento de formação da coisa julgada – relação deste tema com o prazo para a propositura de ação rescisória	1058
28.7.	A coisa julgada coletiva	1060
28.7.1.	O Efeito Preclusivo e a Coisa Julgada Coletiva	1079

29 – FASE DE LIQUIDAÇÃO

29.1.	Noções gerais.....	1081
29.2.	Limites cognitivos na liquidação.....	1083
29.3.	Resultado da liquidação igual a zero.....	1085

29.4.	Espécies de liquidação.....	1089
29.4.1.	Liquidação por arbitramento	1090
29.4.2.	Liquidação pelo procedimento comum	1092
29.5.	Natureza da decisão que põe fim à fase de liquidação.....	1094

30 – AÇÃO RESCISÓRIA

30.1.	A impugnação das decisões judiciais transitadas em julgado.....	1103
30.2.	A decisão objeto de ação rescisória.....	1104
30.2.1.	Ação rescisória contra capítulos de decisão	1105
30.2.2.	A possibilidade de ajuizamento de ação rescisória contra decisão que não seja de mérito.....	1105
30.2.3.	Ação rescisória e ação anulatória	1107
30.2.4.	Ação rescisória e a ação declaratória de inexistência jurídica (<i>querela nullitatis</i>).....	1109
30.2.5.	Rescisória da rescisória	1111
30.3.	Hipóteses que permitem a rescisão da decisão judicial	1111
30.3.1.	Proferida por força de prevaricação, concussão ou corrupção do juiz	1112
30.3.2.	Proferida por juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente.....	1113
30.3.3.	Resultar de dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida ou, ainda, de simulação ou colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei	1113
30.3.4.	Ofender a coisa julgada	1114
30.3.5.	Violar manifestamente norma jurídica	1116
30.3.6.	For fundada em prova cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou venha a ser demonstrada na própria ação rescisória	1121
30.3.7.	Quando obtiver o autor, posteriormente ao trânsito em julgado, prova nova cuja existência ignorava ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável	1122
30.3.8.	For fundada em erro de fato verificável do exame dos autos.....	1123
30.4.	Prazo para a propositura da ação rescisória.....	1124
30.5.	Legitimidade das partes na ação rescisória	1128
30.5.1.	As partes do processo e os seus respectivos sucessores	1128
30.5.2.	O terceiro juridicamente interessado	1129
30.5.3.	O Ministério Público	1129
30.5.4.	Aquele que não foi ouvido no processo no qual era obrigatória a sua intervenção ...	1129
30.5.5.	Legitimidade passiva	1130
30.6.	Competência para processamento e julgamento da ação rescisória	1131
30.7.	Procedimento da ação rescisória.....	1134
30.7.1.	Cumulação de pedidos, depósito prévio e improcedência liminar do pedido.....	1134
30.7.2.	Tutela provisória	1136
30.7.3.	Resposta do réu e instrução probatória	1137
30.7.4.	Julgamento	1137

31 – VISÃO GERAL SOBRE OS RECURSOS

31.1.	Noções preliminares a respeito dos recursos.....	1139
31.1.1.	Conceito e natureza jurídica.....	1139

31.2.	Vantagens e qualidades do sistema do CPC/2015	1143
31.2.1.	Inovações em matéria de recursos e o CPC/2015 (alguns aspectos): celeridade e simplificação no contexto recursal	1144
31.2.2.	Diferenças fundamentais entre CPC/1973 e o CPC/2015, em relação à celeridade e simplificação	1147
31.2.3.	Considerações finais a respeito da sistemática recursal do CPC/2015	1155
31.3.	Princípios Recursais	1156
31.3.1.	Duplo grau de jurisdição.....	1157
31.3.2.	Taxatividade	1159
31.3.3.	Dispositivo	1160
31.3.4.	Unirrecorribilidade ou Singularidade.....	1161
31.3.5.	Fungibilidade	1162
31.3.6.	Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	1165
31.3.7.	Dialeticidade	1167
31.4.	Efeitos decorrentes da interposição dos recursos.....	1168
31.4.1.	Efeito obstativo	1168
31.4.2.	Efeito devolutivo	1169
31.4.2.1.	Profundidade do efeito devolutivo e/ou efeito translativo	1170
31.4.3.	Suspensivo	1174
31.4.4.	Efeito regressivo ou de retratação	1176
31.4.5.	Efeito expansivo.....	1177
31.4.6.	Efeito substitutivo.....	1179

32 – ADMISSIBILIDADE E PROCESSAMENTO DOS RECURSOS

32.1.	Juízo de admissibilidade dos recursos.....	1181
32.2.	Competência para análise dos requisitos de admissibilidade	1182
32.3.	Natureza da decisão sobre a inadmissibilidade	1183
32.4.	Requisitos de admissibilidade dos recursos.....	1186
32.4.1.	Cabimento	1187
32.4.2.	Legitimidade para recorrer	1189
32.4.3.	Interesse em recorrer.....	1194
32.4.4.	Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do direito de recorrer	1196
32.4.5.	Tempestividade.....	1201
32.4.6.	Preparo.....	1205
32.4.7.	Regularidade formal.....	1207
32.5.	Recurso Adesivo	1209
32.5.1.	Generalidades	1209
32.5.2.	Denominação e natureza jurídica	1211
32.5.3.	Objeto do recurso adesivo	1212
32.5.4.	Requisitos de admissibilidade	1214
32.5.4.1.	Cabimento do recurso adesivo	1215
32.5.4.2.	Legitimidade recursal.....	1218
32.5.4.3.	Interesse recursal.....	1225

32.5.4.4.	Tempestividade, preparo e demais requisitos de admissibilidade recursais.....	1229
32.5.5.	Interposição, processamento e julgamento	1235
32.6.	Poderes do Relator	1236

33 – APELAÇÃO

33.1.	Cabimento do recurso de apelação	1245
33.2.	Classificação e principais características do recurso de apelação.....	1246
33.3.	O efeito devolutivo no recurso de apelação.....	1247
33.3.1.	O efeito devolutivo no recurso de apelação e as questões que podem ser conhecidas de ofício.....	1249
33.3.2.	O efeito devolutivo no recurso de apelação e as causas maduras.....	1251
33.3.3.	Uma síntese das consequências do efeito devolutivo no recurso de apelação.....	1258
33.4.	O efeito suspensivo do recurso de apelação	1259
33.5.	A apelação e as decisões interlocutórias não impugnáveis por agravo de instrumento	1261
33.5.1.	A apelação e as decisões interlocutórias que resolvem múltiplas questões	1262
33.5.2.	A apelação contra as decisões interlocutórias e o recurso subordinado do vencedor	1265
33.5.3.	A apelação subordinada do vencedor e a apelação adesiva: síntese comparativa	1268
33.5.4.	Da necessidade de manifestação do apelante quanto ao conteúdo das contrarrazões que veiculam pretensão recursal	1269
33.5.5.	A hipótese excepcional de apelação autônoma contra decisão interlocutória.....	1269
33.6.	A apelação dirigida à solução de questão prejudicial contida na fundamentação da sentença.	1271
33.7.	O prazo e a regularidade formal do recurso de apelação	1272
33.8.	O procedimento do recurso de apelação	1273
33.8.1.	A admissibilidade da apelação só em segundo grau	1277
33.9.	Apelações com juízo de retratação.....	1278

34 – AGRAVO DE INSTRUMENTO

34.1.	Considerações introdutórias	1279
34.2.	Cabimento do agravo de instrumento e possibilidade de interpretação extensiva das hipóteses legais: ausência de violação à taxatividade	1280
34.2.1.	Panorama doutrinário-jurisprudencial sobre a interpretação do art. 1.015 do CPC/2015	1283
34.2.2.	Nossa opinião sobre o assunto.....	1293
34.3.	Principais hipóteses de cabimento do agravo de instrumento.....	1296
34.4.	Prazo e pressupostos de regularidade formal do agravo de instrumento	1302
34.5.	Os efeitos do agravo de instrumento	1304
34.5.1.	Os efeitos do agravo de instrumento interposto em face de decisão interlocutória parcial de mérito	1305
34.6.	Procedimento do recurso de agravo de instrumento.....	1306

35 – AGRAVO INTERNO

35.1.	Cabimento e finalidade do agravo interno.....	1309
35.2.	Prazo e regularidade formal	1310

35.3.	Procedimento do agravo interno	1312
35.4.	Multa aplicável ao agravo manifestamente inadmissível ou improcedente	1313
35.5.	Conversão dos embargos de declaração em agravo interno	1314
35.6.	Os efeitos do agravo interno	1314

36 – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

36.1.	Natureza recursal dos embargos de declaração	1315
36.2.	Cabimento dos embargos de declaração	1316
36.2.1.	Embargos de declaração com fundamento em obscuridade da decisão Embargada ...	1317
36.2.2.	Embargos de declaração com fundamento em contradição da decisão Embargada	1318
36.2.3.	Embargos de declaração com fundamento em omissão da decisão Embargada	1319
36.2.4.	Embargos de declaração com fundamento em erro material	1320
36.3.	O prazo dos embargos de declaração.....	1322
36.4.	Efeitos dos embargos de declaração.....	1322
36.4.1.	Efeito interruptivo	1323
36.4.2.	Efeito modificativo ou infringente dos embargos de declaração.....	1324
36.5.	Procedimento dos embargos de declaração.....	1325
36.6.	Embargos de declaração e a hipótese de se entender que o caso seria de agravo interno, salvo se se verificar na decisão dos primeiros embargos fundamento para os segundos	1326
36.7.	Interposição concomitante de embargos de declaração por uma parte e recurso contra a decisão originária pelo litisconsorte ou pela parte adversa.....	1327
36.8.	Embargos de declaração com fins de prequestionamento	1328
36.9.	Embargos de declaração protelatórios e sua reiteração	1330

37 – RECURSO ORDINÁRIO

37.1.	Aspectos conceituais e cabimento do recurso ordinário	1333
37.2.	Fungibilidade e recurso ordinário	1335
37.3.	Efeitos do recurso ordinário	1336
37.4.	Processamento do recurso ordinário.....	1338
37.5.	Agravo de instrumento para o Superior Tribunal de Justiça.....	1339

38 – RECURSOS DE ESTRITO DIREITO

38.1.	Recursos de <i>estricto direito</i> ou recursos extraordinários <i>lato sensu</i> – Um breve panorama	1341
38.2.	Breve histórico dos recursos especial e extraordinário – O surgimento do Recurso Extraordinário, sua evolução e feições até o surgimento do Recurso Especial.....	1348
38.2.1.	Da Constituição do Império até a Constituição de 1969 (Emenda nº 1 de 1969) – Uma análise do direito positivo brasileiro	1349
38.2.2.	Da Constituição Federal de 1988: a redução das hipóteses de cabimento do recurso extraordinário e a criação do recurso especial.....	1360
38.3.	O papel dos tribunais superiores no julgamento dos recursos especial e extraordinário	1364
38.4.	Núcleo constitucional comum dos recursos especial e extraordinário.....	1369
38.4.1.	Decisão proferida em “única ou última instância” – o chamado esgotamento das vias ordinárias	1370
38.4.2.	O prequestionamento: cabimento em face das “causas decididas”	1375

38.5.	Recurso especial.....	1387
38.5.1.	Decisões passíveis de impugnação por meio de recurso especial – análise do inciso III do art. 105 da CF/1988	1388
38.5.2.	Hipóteses de cabimento – Fundamentação do Recurso Especial.....	1390
38.5.2.1.	Decisão que contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência (alínea <i>a</i>) – A insubsistência da Súmula 400 do STF	1394
38.5.2.1.1.	O fundamento da alínea <i>a</i> e as hipóteses específicas de cabimento das alíneas <i>b</i> e <i>c</i> , do inciso III, do art. 105 da CF/1988.....	1400
38.5.2.2.	Decisão que julgar ato de governo local contestado em face de lei federal (alínea <i>b</i>)	1401
38.5.2.2.1.	Decisão que julgar ato de governo local contestado em face de lei federal (alínea <i>b</i>) – Uma análise comparativa com o art. 102, III, <i>d</i> , da CF/1988.....	1401
38.5.2.2.2.	Decisão que julgar ato de governo local contestado em face de lei federal (alínea <i>b</i>) – Uma análise do atual conteúdo da alínea <i>b</i>	1405
38.5.2.3.	Decisão que der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal (alínea <i>c</i>).....	1407
38.5.3.	A relevância da questão federal infraconstitucional	1409
38.6.	Recurso Extraordinário	1414
38.6.1.	Decisões passíveis de impugnação por meio do recurso extraordinário – análise do inciso III do art. 102 da CF/1988.....	1414
38.6.2.	Hipóteses Cabimento – Fundamento do Recurso Extraordinário.....	1416
38.6.2.1.	Decisão que contrariar dispositivo da Constituição (alínea <i>a</i>)	1418
38.6.2.2.	Decisão que declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal (alínea <i>b</i>)	1424
38.6.2.3.	Decisão que julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição (alínea <i>c</i>).....	1425
38.6.2.4.	Decisão que julgar válida lei local contestada em face de lei federal (alínea <i>d</i>)	1427
38.6.3.	Repercussão geral no recurso extraordinário.....	1428
38.7.	Efeitos dos recursos especial e extraordinário – especificidades.....	1437
38.8.	Admissibilidade, processamento e julgamento dos recursos especial e extraordinário	1446
38.9.	Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário	1454

39 – EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA

39.1.	Embargos de divergência nos recursos especial e extraordinário – A uniformização no âmbito dos Tribunais Superiores.....	1461
39.2.	Cabimento dos embargos de divergência	1464
39.3.	Efeitos dos embargos de divergência	1468
39.4.	Processamento dos embargos de divergência.....	1469

40 – PRECEDENTES JUDICIAIS E DIREITO JURISPRUDENCIAL

40.1.	A força da jurisprudência no CPC/2015	1473
40.2.	Parâmetros para formar, aplicar e não aplicar decisões de observância obrigatória	1479

40.2.1.	Distinção, superação e adoção de decisões de observância obrigatória	1482
40.2.2.	Organização e a indexação das decisões de observância obrigatória.....	1486
40.3.	O incidente de resolução de demandas repetitivas	1487
40.3.1.	Natureza e cabimento do incidente.....	1487
40.3.2.	Instauração e procedimento do incidente.....	1490
40.3.3.	Audiências e participação democrática no incidente	1493
40.3.4.	Julgamento do incidente e aplicação da tese	1494
40.4.	O incidente de assunção de competência.....	1496
40.4.1.	Natureza e função do incidente.....	1496
40.4.2.	Procedimento.....	1497
40.5.	Recurso especial e o recurso extraordinário repetitivos.....	1498
40.5.1.	Processamento dos recursos repetitivos	1498
40.6.	Recurso extraordinário no regime da repercussão	1503
40.7.	A súmula vinculante.....	1507
BIBLIOGRAFIA.....		1511
ÍNDICE LEGISLATIVO		1587
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO		1627
ÍNDICE ONOMÁSTICO		1653